

O anunciado fim da moratória unilateral

Igor Cornelsen *



O Brasil está anunciando o término de mais uma moratória unilateral de sua dívida externa

ao propor o pagamento de 30% dos juros do setor público, a vencer no primeiro "quarter" de 1991, e 100% dos empréstimos privados.

Sob o ponto de vista prático, os resultados dessa moratória são os mesmos da moratória de 1987 e das moratórias do Peru, de 1985, e da Argentina, de 1988, isto é;

(a) Durante a moratória a taxa de juro que vigorou foi a dos contratos vigentes.

(b) Não se obteve nenhuma vantagem com os credores.

(c) O rompimento unilateral dos contratos gerou desconfiança em milhares de decisões privadas que levaram à fuga de capitais. (antes da moratória de 1987 o Brasil era praticamente o único país latino-americano que tinha uma parcela pequena do estoque de capital investido no exterior; hoje, ela aproxima-se de US\$ 50 bilhões; no exterior os contratos são honrados e os juros pagos em dia).

(d) Várias multinacionais saíram do Brasil, alguns brasileiros passaram a investir e a emigrar, os mais habilitados e com maior iniciativa, isto é, o Brasil perdeu tecnologia tão necessária à manutenção da produção, do emprego e do salário real (o número de brasileiros morando no Japão, na Europa e na América do Norte era pouco significativo em 1987; hoje aproxima-se de 1,5 milhão. Até 1987 não havia investimento de brasi-

leiros no exterior e hoje já aparecemos em terceiro lugar como investidores estrangeiros em Portugal).

(e) O Brasil ficou sem parte importante das linhas de curto prazo que financiavam seu comércio internacional, perdendo reservas, mercados, encarecendo produtos exportados e desorganizando a produção.

Tudo o que está acontecendo com o Brasil já acontecera antes com o Peru, de Alan García, e a Argentina, de Alfonsín e Menen, e os únicos países que cresceram na década de 80 na América Latina foram o Chile e a Colômbia, que por coincidência jamais confrontaram seus credores, romperam unilateralmente contratos ou atrasaram os juros da sua dívida externa ou interna.

Mas será que a nação brasileira já entendeu o equívoco?

A elite, sinceramente, acho que não.

Banqueiros, economistas, burocratas e empresários, na sua grande maioria, só conseguem ainda ver os números explícitos da dívida externa sem observar que nas contas externas do País existem muitas outras que são decididas de forma privada e algumas nem nas estatísticas aparecem.

Essas milhares de decisões privadas são as que escolhem onde e quando o desenvolvimento ou o retrocesso ocorre.

As decisões privadas procuram colocar o capital e a tecnologia a trabalhar e gerar empregos nos lugares onde as regras são claras, objetivas e estáveis, onde os contratos são respeitados pelos governos e garantidos pelos tribunais.

Desde 1987 fizemos tudo errado.

* Do Chartered Bank em São Paulo.

GAZETA MERCANTIL

28 DEZ 1990